



Edição Nº 04 – Ano 14

Araraquara, 30 de Abril de 2026.

Período: Abril de 2026

Notícia: Política de cooperação com municípios reduz incêndios na Amazônia

Reportagem: Fabíola Sinimbú · 01 de abril de 2026

Resumo: Investimentos de R\$ 815 milhões do Programa União com Municípios pela Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais na Amazônia resultaram na diminuição de queimadas em 70 municípios prioritários da Amazônia.

A iniciativa tem o objetivo de fortalecer a cooperação federativa e estimular o protagonismo dos gestores locais no enfrentamento ao problema.

Durante a cerimônia de balanço da política pública, nessa terça-feira (31), a ministra do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), Marina Silva, destacou que o resultado mostra ser possível aliar conservação e desenvolvimento.

“O desmatamento caiu em 50% na Amazônia desde 2022 enquanto o agronegócio cresceu – abrimos mais de 500 novos mercados desde 2023.”

Link:<https://agenciabrasil.ebc.com.br/meio-ambiente/noticia/2026-04/politica-de-cooperacao-com-municipios-reduz-incendios-na-amazonia>

Notícia: Governo apresenta plano para desenvolver bioeconomia no país

Reportagem: Fabíola Sinimbú · 01 de abril de 2026

Resumo: O governo apresentou, nesta quarta-feira (1º), uma nova estratégia para tornar a biodiversidade um dos principais ativos econômicos de desenvolvimento no país até 2035. O Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PNDBio) deve abranger desde extrativistas até a indústria. Entre as metas estão a ampliação do pagamento por serviços



ambientais, incorporação de novos fitoterápicos no Sistema Único de Saúde (SUS) e a concessão de novas Unidades de Conservação para promoção de ecoturismo.

O PNDBio está organizado em três eixos: Sociobioeconomia e ativos ambientais; Bioindustrialização competitiva e Produção sustentável de biomassa. A secretária nacional de Bioeconomia do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Carina Pimenta, explicou que se trata de uma estratégia de desenvolvimento nacional que olha para os ativos ambientais não apenas do ponto de vista da conservação, mas de como fazer o uso deles dentro das atividades econômicas, "gerando um novo ciclo de prosperidade" e ações que dificultavam a regeneração da vegetação nativa.

Link: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/meio-ambiente/noticia/2026-04/governo-apresenta-plano-para-desenvolver-bioeconomia-no-pais>

Notícia: Economista sugere criação de ‘pix climático’ para famílias afetadas por enchentes e deslizamentos

Reportagem: Vinicius Nunes · 3 de abril de 2026

Resumo: O Rio de Janeiro sofre, ano após ano, com enchentes e deslizamentos provocados por chuvas intensas, que causam impactos humanos e danos materiais recorrentes para a população. Diante desse cenário, o economista e professor da PUC-Rio Juliano Assunção citou a possibilidade de um programa de alívio de renda para famílias atingidas por esses eventos extremos. A ideia, apelidada de “PIX Climático”, foi desenvolvida pela economista francesa Esther Duflo, que, assim como Juliano, compunha um grupo de economistas que apoiou a presidência da COP 30. O objetivo seria integrar a iniciativa à rede de proteção social já existente, como os dos beneficiários do Cadastro Único (CadÚnico), como forma de ampliar a capacidade de resposta do Estado às emergências climáticas

A proposta foi apresentada durante encontro promovido pela RioAgora.org, realizado no Palácio Capanema, que reuniu especialistas, acadêmicos e representantes da sociedade civil para debater uma agenda ambiental para o estado. Segundo o professor, o aumento da frequência de chuvas torrenciais tende a agravar o déficit habitacional, tornando áreas hoje habitáveis inviáveis no futuro. Para ele, é fundamental que o poder público fortaleça mecanismos de proteção social e se prepare para as mudanças já em curso.



Link: <https://oeco.org.br/noticias/economista-sugere-criacao-de-pix-climatico-para-familias-afetadas-por-enchentes-e-deslizamentos/>

Notícia: Sensor nacional mira “ar invisível” da Amazônia e reforça monitoramento em terras indígenas

Reportagem: Karina Pinheiro · 6 de abril de 2026

Resumo: Brasília (DF) – Em meio às discussões do Acampamento Terra Livre 2026, que ocorre esta semana em Brasília, o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) leva à tenda da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira um protótipo que tenta enfrentar um problema pouco visível fora da região: o ar poluído da Amazônia. Desenvolvido em parceria com a Universidade Federal do Pará, o sensor integra a futura rede de monitoramento RedeAr, ainda em fase de estruturação.

A proposta é ampliar a medição da qualidade do ar em territórios indígenas, hoje praticamente fora dos mapas oficiais. O diagnóstico que sustenta a iniciativa contraria um senso comum persistente. “Existe a ideia de que se respira ar puro na Amazônia, mas isso não se confirma em períodos de seca e queimadas”, afirma o pesquisador Filipe Viegas Arruda, do IPAM, responsável pelo desenvolvimento do equipamento.

Link: <https://oeco.org.br/noticias/sensor-nacional-mira-ar-invisivel-da-amazonia-e-reforca-monitoramento-em-terras-indigenas/>

Notícia: Fundo Amazônia premiará iniciativas de povos tradicionais

Reportagem: Rafael Cardoso · 08 de abril de 2026

Resumo: O Prêmio Fundo Amazônia-Conhecer e Reconhecer vai selecionar iniciativas lideradas por povos indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais que protejam os territórios e a floresta na Amazônia Legal. O prêmio é uma parceria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA).



Cada iniciativa premiada receberá R\$ 50 mil. A previsão é selecionar 50, sendo 15 conduzidas por organizações indígenas, 15 por organizações quilombolas e 20 por organizações de outros segmentos tradicionais. No total, o investimento é de R\$ 2,5 milhões.

A diretora Socioambiental do BNDES, Tereza Campello, vê o prêmio como uma nova etapa na atuação do Fundo Amazônia.

“Desde 2023, o fundo ampliou sua presença nos territórios e passa agora a apoiar diretamente iniciativas de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, que já desempenham papel central na proteção da floresta”, disse a diretora.

Link: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/meio-ambiente/noticia/2026-04/fundo-amazonia-premiara-iniciativas-de-povos-tradicionais>

Notícia: ATL: Indígenas tomam as ruas de Brasília pedindo demarcação

Reportagem: Karina Pinheiro · 9 de abril de 2026

Resumo: BRASÍLIA – Ecoando suas vozes, tradições, culturas e reivindicações, os povos indígenas que estão reunidos no Acampamento Terra Livre 2026 marcharam pela segunda vez nas ruas de Brasília. Intitulada de ‘Demarca, Lula: Brasil Soberano é terra indígena demarcada e protegida’, a marcha se iniciou debaixo de uma forte chuva que veio inesperadamente, entretanto, o mau tempo não foi empecilho para que a mobilização seguisse.

A concentração ocorreu ainda dentro do ATL, localizado no Eixo Monumental, e começou no início da tarde desta quinta-feira (9). Organizações da sociedade civil, Defensoria Pública do Distrito Federal, assim como Secretaria de saúde, se uniram às organizações indígenas de todos os estados do Brasil, em um percurso de quase 5 quilômetros em direção a Praça dos Três Poderes. A caminhada contou com participação de rituais, defumações, danças e cantos, representando a cultura de cada povo originário, assim como gritos de ‘Demarca Lula’, ‘Território é vida e futuro’, ‘Terra demarcada, é vida protegida’ e a principal campanha da Coordenação dos Povos Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), ‘A resposta somos nós’.



Link: <https://oeco.org.br/noticias/atl-indigenas-tomam-as-ruas-de-brasilia-pedido-demarcacao/>

Notícia: Destruição da Caatinga pode desertificar o país, alerta ministro

Reportagem: Pedro Peduzzi · 14 de abril de 2026

Resumo: O ministro do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, afirmou que o governo federal tem ampliado as ações de preservação da Caatinga - único bioma exclusivamente brasileiro, importante para a biodiversidade do país, sobretudo por servir de barreira natural contra a desertificação.

“A Caatinga é um bioma fascinante, de uma beleza paisagística incrível e de uma biodiversidade também incrível. As pessoas, quando pensam no Brasil, pensam na Amazônia. Quando muito, na Mata Atlântica”, afirmou Capobianco durante o programa Bom Dia, Ministro, produzido pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

“Mas esquecem que o Brasil possui seis biomas absolutamente diferentes e complexos, que fazem do país a maior biodiversidade do planeta”, completou.

Link: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/meio-ambiente/noticia/2026-04/destruicao-da-caatinga-pode-desertificar-o-pais-alerta-ministro>

Notícia: Novos editais da BR-319 são contestados na Justiça por possíveis ilegalidades ambientais

Reportagem: Karina Pinheiro · 16 de abril de 2026

Resumo: O Observatório do Clima anunciou que vai ingressar com uma Ação Civil Pública contra os editais lançados pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) para a pavimentação de 339,4 quilômetros da BR-319, entre os quilômetros 250,7 e 590,1, no chamado “trecho do meio” da rodovia que liga Manaus a Porto Velho.

Segundo a entidade, os editais publicados na última segunda-feira (13) violam a Constituição e princípios do direito ambiental ao avançarem sobre uma obra considerada de significativo impacto sem o devido licenciamento. O processo da BR-319 está judicializado



desde janeiro de 2024, quando o Observatório questionou a Licença Prévia concedida ainda no governo anterior.

Até o momento, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) não emitiu a Licença de Instalação, etapa indispensável para o início das obras, e, segundo a organização, o próprio Dnit ainda não apresentou toda a documentação necessária para análise técnica. Também não foi realizada a consulta prévia, livre e informada às comunidades indígenas potencialmente afetadas, como determina a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.

Link: <https://oeco.org.br/noticias/novos-editais-da-br-319-sao-contestados-na-justica-por-possiveis-ilegalidades-ambientais/>

Notícia: Estudo aponta que metas climáticas do Brasil dependem de direitos territoriais indígenas

Reportagem: Karina Pinheiro · 21 de abril de 2026

Resumo: A efetividade das políticas climáticas brasileiras está diretamente vinculada à garantia dos direitos territoriais dos povos indígenas. Essa é uma das principais conclusões do estudo “Povos Indígenas e REDD+: Histórico, legislação, salvaguardas, ameaças e oportunidades perspectivas do Programa Kuntari Katu”, lançado em abril pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), em parceria com o Ministério dos Povos Indígenas (MPI).

A publicação analisa a implementação do mecanismo REDD+ no país, voltado à redução de emissões por desmatamento e degradação florestal, e reforça o papel central dos povos indígenas na governança climática. Ao mesmo tempo, aponta entraves estruturais que ainda limitam o acesso dessas populações ao financiamento climático direto.

Link: <https://oeco.org.br/noticias/estudo-aponta-que-metas-climaticas-do-brasil-dependem-de-direitos-territoriais-indigenas/>

Notícia: El Niño deve retornar em maio com impacto no clima, diz agência da ONU

Reportagem: Olivia Le Poidevin · 24 de abril de 2026



Resumo: O retorno das condições climáticas do El Niño é esperado para maio deste ano, o que pode afetar as temperaturas globais e os padrões de chuva, informou a Organização Meteorológica Mundial (OMM).

O fenômeno é um aquecimento periódico das temperaturas da superfície do mar no Oceano Pacífico central e oriental, que normalmente dura de nove a 12 meses, de acordo com a OMM.

Uma mudança clara foi observada no Pacífico Equatorial, com as temperaturas da superfície do mar subindo rapidamente, sugerindo alta probabilidade de desenvolvimento de condições de El Niño entre maio e julho deste ano.

"Depois de um período de condições neutras no início do ano, os modelos climáticos agora estão fortemente alinhados e há grande confiança no início do El Niño, seguido por maior intensificação nos meses seguintes", disse Wilfran Moufouma Okia, chefe de previsão climática da organização em comunicado.

Link: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/meio-ambiente/noticia/2026-04/el-nino-deve-retornar-em-maio-com-impacto-no-clima-diz-agencia-da-onu>

Notícia: MPF denuncia mineração ilegal na Amazônia à CIDH

Reportagem: Gilberto Costa · 27 de abril de 2026

Resumo: Os prejuízos à saúde e ao meio ambiente causados pelo mercúrio usado em garimpos ilegais na Amazônia foram denunciados à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), com a apresentação de um estudo pelo Ministério Público Federal (MPF). O órgão autônomo internacional é vinculado à Organização dos Estados Americanos (OEA).

O documento, apresentado na semana passada, é complementar à exposição que o MPF fez, em março, à Relatoria Especial sobre Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Redesca), ligada à CIDH.

Contaminação do ecossistema



A substância líquida é recorrentemente utilizada em garimpos ilegais, porque tem a propriedade de se juntar facilmente a partículas de ouro, formando a chamada “amálgama”.

Após a formação dessa liga metálica, ela é aquecida por um maçarico. Com o aumento da temperatura, o mercúrio evapora e resta apenas o ouro garimpado.

O mercúrio vaporizado se espalha pelo ar e cai no solo e na água, contaminando rios, cursos d’água e peixes — base da alimentação de indígenas e das populações ribeirinhas, podendo causar problemas neurológicos.

Além da contaminação por mercúrio, o garimpo ilegal provoca degradação de ecossistemas com desmatamento, remoção intensiva de solos e alteração do curso dos leitos dos rios.

O problema da mineração ilegal na Amazônia no Brasil e em outros países é conhecido pela relatoria da CIDH. Há pouco mais de um mês, a Redesca alertou para a garantia do “direito humano à água nas Américas”, em especial no chamado “Planalto” ou “Escudo” das Guianas, formado por áreas da Guiana, Guiana Francesa, Suriname, Venezuela e Brasil.

Link: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/meio-ambiente/noticia/2026-04/mpf-denuncia-mineracao-ilegal-na-amazonia-cidh>

Notícia: Estudo de longo prazo na Amazônia descarta teoria de savanização

Reportagem: Fabíola Sinimbú · 28 de abril de 2026

Resumo: Um estudo realizado em Querência, no Mato Grosso, região da Amazônia mais afetada pelo desmatamento nas últimas décadas, avaliou os impactos das secas e queimadas que atingem a floresta em regiões pressionadas pela agricultura.

Após 22 anos de pesquisa, a tese de savanização – defendida por cientistas desde a década de 90 – foi descartada. No lugar de uma possível substituição das florestas por gramíneas e arbustos (vegetação típica de savanas), os cientistas observaram a retomada dos espaços afetados pelo fogo e seca pelas mesmas espécies florestais



“O que a gente está mostrando é que a floresta recupera, que ela é altamente resiliente e tem essa capacidade de voltar e de retornar aos espaços altamente degradados”, avalia Leandro Maracahipes, pesquisador da Universidade de Yale apoiado pelo Instituto Serrapilheira.

O biólogo explica que, apesar da boa notícia, há uma série de condições necessárias para que, de fato, a floresta retome o seu espaço. A principal é a interrupção dos incêndios, mas também a necessidade de preservar as florestas por perto.

Link: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/meio-ambiente/noticia/2026-04/estudo-de-longo-prazo-na-amazonia-descarta-teoria-de-savanizacao>

Notícia: Brasil reduz em 42% perdas florestais em 2025, aponta estudo

Reportagem: Fabíola Sinimbú · 29 de abril de 2026

Resumo: O Brasil perdeu 1,6 milhão de hectares de cobertura arbórea em floresta tropical úmida em 2025, aponta balanço do Global Forest Watch, divulgado nesta quarta-feira (29) pela organização ambiental sem fins lucrativos World Resources Institute (WRI).

O número representa uma redução de 42% das perdas em relação ao ano de 2024, sendo observado maior impacto nas derrubadas sem o uso do fogo. As perdas não relacionadas a incêndios resultam de desmatamento, corte raso e morte natural, entre outros fatores.

“O Brasil diminuiu as perdas não relacionadas a incêndios em 41%, comparadas a 2024, e atingiu o nível mais baixo desde que começou a ser registrado [em 2001]”, afirma a codiretora do Global Forest Watch Elizabeth Goldman.

Link: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/meio-ambiente/noticia/2026-04/brasil-reduz-em-42-perdas-florestais-em-2025-aponta-estudo>



Expediente

Profa. Dra. Vera Lucia Silveira Botta Ferrante

Coordenação – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente

Profa. Dra. Helena Carvalho De Lorenzo

Coordenadora – NPDL – Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Local e Meio Ambiente

Prof. Dr. Guilherme Rossi Gorni

Coordenador - CEAM - Centro de Estudos Ambientais

Fernanda Cesar da Silva – Secretária CIEPesquisa

Júlia da Silva – Aluna do curso de Ciências Biológicas

O "Clipping do Meio Ambiente" é um serviço oferecido pelo NPDL – Núcleo de Estudo e Pesquisa em Desenvolvimento Local e Meio Ambiente e pelo CEAM – Centro de Estudos Ambientais, ligados ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Uniara com o objetivo de promover ações de educação ambiental. Recebem este informativo os docentes constantes do cadastro institucional do NPDL e do CEAM além de pessoas que o solicitaram ou foram indicadas pelos nossos leitores. Este Clipping não pode ser considerado como SPAM porque inclui uma forma de ser removido e a nomeação dos responsáveis. Caso não queira mais recebê-lo, favor enviar e-mail para clippingdomeioambiente@uniara.com.br e solicitar sua exclusão da lista de contatos. V. Sa. poderá também acessar o "Clipping do Meio Ambiente" no site <http://www.uniara.com.br/ceam/clipping-ambiental/>. Críticas e sugestões podem ser encaminhadas para o e-mail clippingdomeioambiente@uniara.com.br